

SINDICATO DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À TERCEIROS, COLOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, TRABALHO TEMPORÁRIO, LEITURA DE MEDIDORES E ENTREGA DE AVISOS DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ-SP, inscrito no CNPJ. nº 13.385.941/0001-32, registrado no M.T.E sob nº REGISTRO NO M.T.E 46255.000765/2011-10, por seu presidente, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias, convoca todos os Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração e de Mão de obra, nas empresas prestadoras de serviços a Terceiros de logística, nas instalações da prestadora ou nas instalações do tomador de serviço, compreendendo-se como segmento de supply chain management , gerenciamento da cadeia de suprimentos, planejamento, implementação, administração e controle de fluxo e circulação, conferência, estocagem, guarda, manuseio e armazenamento e distribuição de matérias primas, matérias semi acabadas, produtos e materiais semi acabados, bem como informações a eles relativas, no Município de Jundiaí/SP, e que estão em intersecção com a categoria da Entidade Patronal, associados ou não ao sindicato, do município de JUNDIAI/SP, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada virtualmente, conforme recomendações da OMS, devido à pandemia do COVID-19, a fim de evitar aglomerações, através da página do SINPREST - [www.sinprest.com.br](http://www.sinprest.com.br) /votacao, ou pelo WhatsApp (11) 99592-5791, no período das 9h00 às 15h00, do dia 19/10/2020, com a seguinte ordem: a) Aprovação da Pauta de Reivindicações da categoria profissional convocada, devidamente elaborada mediante reivindicações dos empregados, recebidas pelo Sindicato até a véspera da AGE, cuja data base é 01.01.2021; b) Aprovação da delegação de poderes ao Sindicato Laboral, para entabular negociações coletivas com os empregadores e com o Sindicato Patronal, e, caso necessário, instaurar dissídios coletivos perante o TRT; c) Aprovação e autorização do percentual de desconto da Contribuição Assistencial dos Empregados (observado o precedente normativo do TST para prazo de oposição do trabalhador em 30 dias corridos da data do início da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho), assim como da Mensalidade Associativa, todas visando a manutenção da entidade sindical e o fortalecimento nas negociações coletivas; d) Assuntos gerais. Jundiaí, 08 de outubro de 2020. Ricardo Ferreira Leite – Presidente.